



A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade

Teresa F. Rodrigues

Neste artigo apresentamos uma síntese das principais linhas orientadoras das dinâmicas da população portuguesa, das origens à actualidade. As páginas que se seguem resumem as conclusões do livro recentemente editado sobre a história das dinâmicas demográficas e comportamentos colectivos da população portuguesa¹. A falta de uma história da população representava uma lacuna na investigação nacional, cuja concretização foi possível pela existência de um vasto conjunto de estudos prévios sobre regiões, épocas e temáticas, apoiadas em metodologias diversas, que foram relidas e uniformizadas à luz de um objectivo único: o de encontrar linhas de tendência, fases de continuidade e ruptura, unidade e diversidade, embora continuem a existir épocas e temas marcados pelo silêncio das fontes².

Face ao volume significativo de informação recolhida e tratada, seleccionamos neste artigo aquela que considerámos relevante para apresentar as principais características desta evolução, com base em dados de carácter quantitativo e na sucessão de conjunturas políticas, económicas e sociais vividas: caracterizam-se os comportamentos colectivos e identificam-se modelos globais de comportamento, numa perspectiva que articula as longas permanências, aponta os tempos e factores de mudança e destaca as eventuais diferenças regionais. Estes intentos foram concretizados pela aliança entre um trabalho de pesquisa de obras editadas e a recolha e análise crítica de fontes impressas e acervos documentais de diferentes épocas, retendo os dados passíveis de leitura e posterior análise numa óptica demográfica³. Tratou-se de aproveitar o existente, de adaptar fontes e documentação diversa aos objectivos desejados e de criar formas de ultrapassar o silêncio dos dados, o que explica as mudanças de abordagem com que foram tratadas as diferentes épocas históricas. Utilizamos fontes muito indirectas até final de Quinhentos; registos paroquiais a partir do século XVI, a que se juntaram listas nominativas e róis de confessados, dispersos no tempo e no espaço; a partir de Oitocentos e sobretudo no século XX cruzamos informações estatísticas ou séries paroquiais com *numeramentos* ou

1 RODRIGUES, 2008a.

2 Projecto desenvolvido com o apoio financeiro da FCT entre 2005 e 2008: POCI/DEM/57987/2004: *A População Portuguesa. Das grandes constantes estruturais à renovação do sistema demográfico*. Teve como Investigadora Responsável a autora deste artigo e integrava uma equipa constituída por J. Manuel Nazareth, Maria João Guardado Moreira e Filipa Castro Henriques.

3 Róis de igrejas, tabeliães, besteiros do conto, registos paroquiais e civis, *numeramentos* e recenseamentos, estatísticas demográficas.

recenseamentos. O acesso e disponibilidade diferencial destas fontes de informação no tempo são sintetizados no Quadro nº1.

Quadro n.º 1 – Fontes de Informação sobre a População Portuguesa

Estado da População		
1ª fase	Até 1527-1532	Esporádicas e com pouca informação
2ª fase	1527-32 a 1801	Sem sequência, embora em maior número
3ª fase	1801 a 1864	Abundantes, mas de má qualidade
4ª fase	1864 à actualidade	Publicadas e de qualidade progressivamente melhorada
Movimento da População		
1ª fase	Até ca.1560	Quase inexistentes
2ª fase	ca.1560 a 1860	Abundantes, mas de qualidade variável
3ª fase	1860 a 1911	De boa qualidade, embora não publicadas
4ª fase	1911 à actualidade	Publicadas de qualidade melhorada; inéditas de boa qualidade

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 16.

A dinâmica populacional portuguesa apresenta uma evolução idêntica à da maioria dos Estados europeus, embora com ligeiras especificidades. Encontrámos diferenças entre o modelo demográfico dos Estados da Europa ocidental e da Península, bem como entre Espanha e Portugal, embora neste último caso menos evidentes. Ao aplicarmos ao nosso caso as cinco etapas definidas por Nadal para caracterizar as mudanças de comportamento das populações no seu processo de transição para a modernidade (Quadro n.º 2), concluímos que Portugal apresenta um ligeiro atraso cronológico relativamente à vizinha Espanha, que se acentua, quando comparado com a realidade europeia. Este atraso é sobretudo expressivo na fase inicial do processo, mas reduz-se à medida que avança o século XX, sobretudo na segunda metade do mesmo. As conjunturas políticas internas e de economia internacional foram factores influentes nas dinâmicas demográficas e na cronologia a que obedece o processo de transição em termos nacionais.

Quadro n.º 2 – Momentos de transição demográfica. Proposta de cronologia

	Maioria Países Europeus	Espanha	Portugal
Redução da mortalidade catastrófica	séc. XVIII	início séc. XIX	meados séc. XIX
Redução da mortalidade ordinária	1.ª met. séc. XIX	após 1918	1890
Redução da fecundidade	2.ª met. séc. XIX	1936-1939	1960
Envelhecimento das estruturas	Inícios séc. XX	ca.1950	ca.1960
Desaceleração do crescimento	2.º quartel séc. XX	ca.1980	ca.1980

Fonte: NADAL, 1988a: 14-16.

Em termos objectivos, a história da população portuguesa pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira, muito longa e de grande estabilidade, corresponde ao tempo das constantes estruturantes e prolonga-se até 1801; a segunda compreende os séculos XIX e XX e termina hoje. Coincide com o processo iniciado em finais do século XIX e a gradual consolidação de novos comportamentos, embora a verdadeira conquista da modernidade seja tardia no nosso País e constitua, indiscutivelmente, uma realidade da segunda metade do século XX.

Até finais de Oitocentos vigorou o modelo típico de sociedades anteriores à primeira fase de transição demográfica. Caracterizavam-no elevados níveis de mortalidade, a que se contrapunham níveis de fecundidade ainda superiores e movimentos migratórios que pouco influenciavam o ritmo de crescimento global, tendencialmente lento e com fases de saldo negativo. Apesar dos escritos que já no século XVII alertavam para os perigos da saída demasiadamente intensa de braços jovens, mais aptos para o trabalho, designadamente o agrícola, só no século XIX, sobretudo a partir dos anos sessenta, foi reconhecido às migrações lugar de destaque, pelo papel determinante nos ritmos e direcções de aumento populacional que mantêm até hoje. A industrialização, o crescimento urbano e as migrações, em duas das suas formas (emigração e migrações internas) foram os fenómenos marcantes da segunda fase do século e influenciaram as várias mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, inclusive em termos populacionais. Na última década dão-se os primeiros passos no processo de transição demográfica, classicamente definida na sua fase inicial pela descida global dos níveis de mortalidade, com especial destaque para a infantil e juvenil. Nos anos noventa de Oitocentos, Portugal parece ter entrado num processo de lentas alterações e nas três décadas seguintes os valores da mortalidade global decresceram 17%. O aumento demográfico teria sido bastante elevado, caso não existissem saldos migratórios de sinal negativo⁴. O declínio da mortalidade sustentou também alguns ganhos em termos de esperança de vida dos portugueses, que continuou a aumentar gradualmente durante toda a segunda metade do século, fixando-se hoje em 75 anos para os homens e 82 anos para as mulheres⁵. A esperança média de vida à nascença das gentes portuguesas duplicou durante o século XX. Numa primeira fase tratou-se sobretudo de aumentar as probabilidades de sobrevivência dos jovens, possível pelos avanços da ciência médica, a generalização das práticas de profilaxia e a divulgação de novos princípios de higiene pública e privada. Mais que os níveis globais da mortalidade, os valores da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) reflectem esses ganhos que, não obstante, beneficiam outros grupos etários, designadamente os mais idosos, tendência que ganha importância à medida que vai subindo a percentagem da população concentrada nos últimos escalões etários e se acentua o envelhecimento no topo das estruturas etárias.

4 Veja-se o que aconteceu nos anos trinta e quarenta do século XX, momentos de menor intensidade migratória, explicada por conjunturas externas desfavoráveis.

5 POPULATION REFERENCE BUREAU, 2009.

Quadro n.º 3 – A População Portuguesa (tendências longas: 1100 - 2005)

ANOS	Continente	Ilhas	Total	ANOS	Continente	Ilhas	Total
1100	495.000			1849	3.473.758		3.473.758
1200	643.500			1851	3.471.199		3.471.199
1300	700.000			1854	3.499.121	344.998	3.844.119
1340	900.000			1857	3.584.577	338.833	3.923.410
1415	1.000.000			1861	3.693.362	341.968	4.035.330
1450	900.000			1864	3.927.932	359.603	4.287.535
1500	1.000.000			1878	4.303.664	395.320	4.698.984
1530	1.120.000			1890	4.713.319	389.572	5.102.891
1580	1.200.000			1900	5.039.744	407.016	5.446.760
1620	1.200.000			1911	5.586.053	413.093	5.999.146
1640	1.900.000			1920	5.668.232	411.903	6.080.135
1700	2.050.000	125.897	2.175.897	1930	6.334.507	467.922	6.802.429
1732	2.143.368	159.921	2.303.289	1940	7.218.892	536.541	7.755.433
1768	2.409.698		2.409.698	1950	7.921.913	588.327	8.510.240
1801	2.931.930	283.400	3.215.330	1960	8.292.975	596.417	8.889.392
1821	3.026.450		3.026.450	1970	8.123.310	539.942	8.663.252
1835	3.061.684		3.061.684	1981	9.336.760	496.254	9.833.014
1838	3.224.474		3.224.474	1991	9.371.448	491.222	9.862.670
1841	3.396.972	340.131	3.737.103	2001	9.869.050	486.774	10.355.824
1843	3.444.000		3.444.000	2005	10.082.154	487.438	10.569.592

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 519.

Conclui-se que Portugal está prestes a completar o processo de passagem de um ciclo de vida curto e instável para um ciclo de vida longo e estável, timidamente iniciado em finais de Oitocentos. Como referimos, a consolidação deste modelo efectua-se tardiamente em termos comparativos europeus, o que nos deve merecer algum cuidado de análise e vários considerandos. Mas estas diferenças não nos parecem suficientes para falarmos de um modelo próprio português, semelhante ao que defendia em 1988 Jordi Nadal para Espanha⁶. Trata-se de uma cronologia diversa, desfasada no tempo, embora mais célere que a média, uma vez posta em marcha.

Numa perspectiva secular, tal como em termos regionais, persistiu ao longo das centúrias a dicotomia entre o Norte, sobretudo o Interior, e Ilhas atlânticas, por oposição ao Sul e ao Litoral. As diferenças agravaram-se até aos anos setenta, mas atenuaram-se em seguida, porque à medida que diminuíram os níveis globais da mortalidade e de fecundidade, ambas se tornaram mais homogéneas e porque o processo de envelhecimento

6 NADAL, 1988.

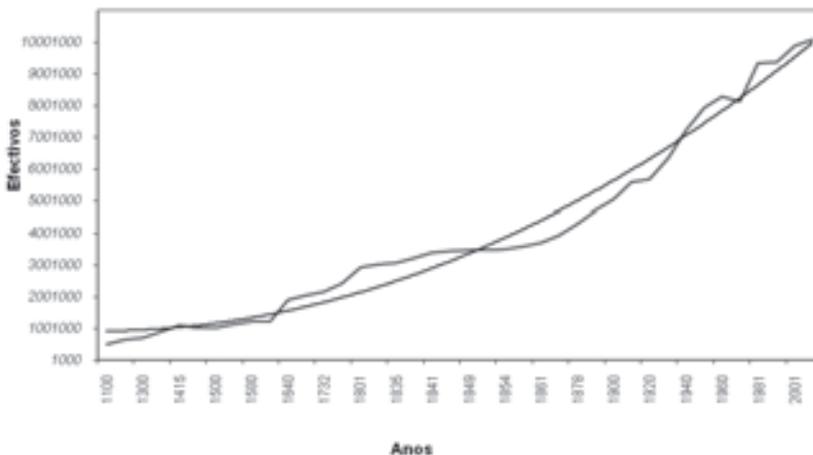
alterou a configuração etária dos residentes no País⁷. Não obstante, ainda hoje os níveis de mortalidade infantil são ligeiramente superiores no primeiro grupo, sendo inferior a respectiva duração média da vida. Importa pois encontrar os fios condutores da evolução demográfica das gentes portuguesas, sem esquecer a diversidade regional.

Das populações humanas à história da população portuguesa

O Homem, como os restantes seres vivos, possui uma memória biológica, pouco dotada e mais vulnerável à doença, a que acresce a memória cultural, ambivalente e complexa, responsável pelas suas reacções específicas em contextos adversos⁸. Usando esses seus dois atributos, procurou estabelecer equilíbrios com o ambiente natural e tem vindo, ao longo dos séculos, a alterar esse ambiente natural num outro que pense ser mais favorável. A sua autonomia face ao meio atinge na actualidade a sua máxima expressão, sobretudo nas sociedades económica e socialmente desenvolvidas. Mas as novas relações entre o binómio Homem/Ambiente representam novos riscos, em termos de sustentabilidade actual e futura⁹. Também por esse facto, a análise dos comportamentos humanos colectivos pressupõe o conhecimento do contexto social e das mudanças ocorridas nos ecossistemas em que vivem, donde resulta a necessidade de considerar o passado da população envolvida. O investigador deve conhecer as condições ambientais físicas, o nível de nutrição das populações e grau de bem-estar, as características da sua estrutura económica e social e mesmo as suas crenças. Referimo-nos a um sistema multidimensional e difícil de interpretar, o que torna relevante a compreensão de quais os factores que condicionam em cada momento histórico comportamentos diferenciados face à mortalidade ou à fecundidade no passado das longas permanências, como no presente de rápidas mutações.

Os Gráficos n.º 1 e n.º 2 fornecem uma imagem de conjunto sobre as dinâmicas de crescimento demográfico português entre 1100 e 2005, embora até ao ano de 1801 lidemos com valores estimados. O primeiro Gráfico reporta-se aos volumes possíveis a partir de 1700 sobre o total de residentes em Portugal continental, Madeira e Açores; a segunda aos ritmos de crescimento anual médio calculados para vários períodos (Quadros números 3 e 4).

Gráfico n.º 1 – A População Portuguesa (tendências longas): 1100 - 2005



Fonte: RODRIGUES, 2008a: 530.

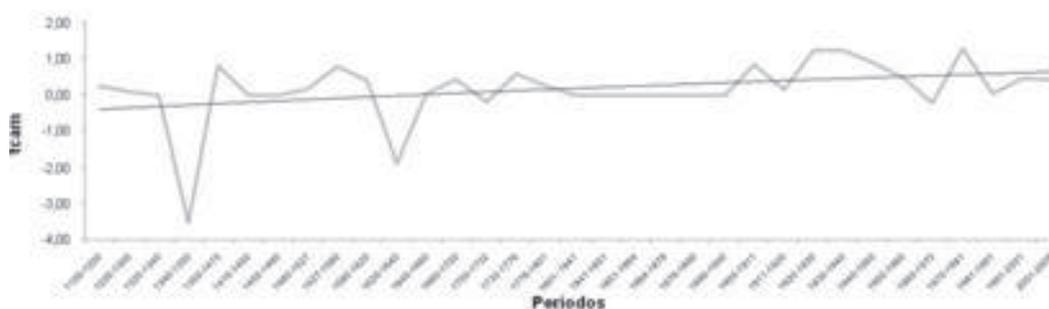
7 O recenseamento de 2001 confirmou a existência de um número superior de indivíduos com 65 e mais anos (16,4% da população total) ao de jovens com menos de 15 anos (apenas 16,0%), o que é inédito na história portuguesa.

8 VEIGA, 2004: 14-17.

9 LAWRENCE, 2001.

A visualização de ambas as representações confirma a existência de fases diferenciadas nas formas de crescimento do total de residentes, que acompanham a sucessão de conjunturas e momentos de viragem da história portuguesa. A influência que exerceram certos acontecimentos internos e de âmbito externo nos moldes que caracterizam as dinâmicas demográficas ao longo da história nacional é conhecida. A utilização das informações disponíveis sobre factos de natureza política, económica e social mostrou ser uma mais-valia essencial à global compreensão das hesitações, entusiasmos e moderação que vamos encontrando ao longo dos anos.

Gráfico n.º 2 – A População Portuguesa (ritmos de crescimento médio estimado): 1100 - 2005



Fonte: RODRIGUES, 2008: 530.

Apresentam-se no Quadro n.º 4 algumas avaliações quantitativas e qualitativas sobre as dinâmicas de crescimento demográfico. Aumentos e recessões alternam-se, sendo de referir que os primeiros nunca excedem 1% ao ano, excepto nos anos vinte, trinta e setenta do século XX, o que prova que em Portugal nunca ocorreram momentos de aumento demográfico intenso. Como esperado, guerra, fome e doenças intervêm regularmente no processo de evolução populacional. O período da formação de Portugal é marcado por séculos de recessão, que culminam na crise do século XIV. As décadas imediatas são de algum optimismo, quebrado nas primeiras décadas de Quatrocentos, retomado na recta final do mesmo e que se prolonga até à crise do século XVII. Avanços e recuos caracterizam o longo período que se estende até meados de Oitocentos. A partir desse momento vive-se uma fase longa de crescimento mais positivo, embora não deixe de ser moderado. Desde os anos oitenta do século XX, o ritmo de crescimento demográfico encontra-se dependente do resultado positivo das migrações.

Quadro n.º 4 – Portugal: Dinâmicas de Crescimento Demográfico

Períodos	Tendências	T.c.a.m.	Períodos	Tendências	T.c.a.m.
1100-1200	Crescimento	0,26	1841-1851	-	0,28
1200-1300	Desaceleração	0,09	1851-1864	-	0,84
1300-1340	Paragem	0,00	1864-1878	-	0,66
1340-1350	Descida (30 a 50%)	-3,50	1878-1890	-	0,69
1350-1415	Recuperação	0,81	1890-1900	-	0,65
1415-1450	Paragem ou diminuição	0,00	1900-1911	-	0,86
1450-1480	Crescimento muito lento	0,05	1911-1920	-	0,14
1480-1527	Recuperação	0,16	1920-1930	-	1,24
1527-1580	Crescimento	0,80	1930-1940	-	1,24
1580-1620	Desaceleração	0,40	1940-1950	-	0,89
1620-1640	Recessão ou estagnação	-1,89	1950-1960	-	0,48
1640-1660	Crescimento quase nulo	0,05	1960-1970	-	-0,21
1660-1700	-	0,43	1970-1981	-	1,29
1700-1732	Diminuição	-0,20	1981-1991	-	0,03
1732-1776	Crescimento	0,58	1991-2001	-	0,45
1776-1801	Desaceleração	0,24	2001-2005	-	0,43
1801- 1841	-	0,46			

Fonte: RODRIGUES, 2008d: 177; MOREIRA, 2008: 256; RODRIGUES, 2008e: 329.

Das longas permanências à transição para a modernidade

Possuímos uma imagem muito imprecisa sobre a fase inicial de povoamento quanto a volumes e características de comportamento. Os totais avançados baseiam-se na contagem por famílias, no número de famílias por tribo, no número de tribos por cidade e em indicações pontuais em textos avulsos¹⁰. Embora já em relação ao período Paleolítico pareça consensual que a Península Ibérica terá sido receptora de populações humanas vindas de regiões mais a Norte, só para o Neolítico Médio e Superior surgem evidências dela ser um espaço significativamente povoado. A intensidade dessa fixação obedecia a critérios de diversidade geográfica. Os povos do Portugal pré-romano fixaram-se em locais precisos: os mais pacíficos e comerciantes junto às linhas de água, em número inferior aos povos guerreiros do Interior. Os invasores apareceram em pequenos grupos e só os Celtas ocuparam de facto os locais previamente habitados, juntando-se aos autóctones. Entretanto outros povos do Mediterrâneo aportavam às zonas costeiras da Hispânia, estabelecendo pactos de convivência com os residentes¹¹: Fenícios, Gregos e Cartagineses chegaram em grupos sucessivos com fraca

10 RICHÉ, 1966: 37-56; BARDET; DUPÂQUIER, 1997.

11 SOUSA, 2009a: 35-36; SOUSA, 2009b: 39.

expressão numérica¹². As informações veiculadas pelos Gregos sobre o total de habitantes na Península Ibérica apontam para 300 a 500 mil¹³.

Figura n.º 1 – Principais povoados do Bronze Final (ca.1250 a.C. – ca.750 a.C.)



A efectiva ocupação reporta-se à época romana. O poder romano dominou toda a Península, através de um processo de integração ibérica sem custos humanos, favorecido por novas dinâmicas de crescimento populacional e urbano, causa e efeito do desenvolvimento económico e social. Mas a crise do Império e as invasões bárbaras desmoronam o equilíbrio demográfico conseguido¹⁴. Os bárbaros repartiram entre si o território, após uma fase de luta sangrenta, a que sucede a peste e a fome¹⁵. Na segunda metade do século VI a Península estava submetida à autoridade dos “Estados” Visigodo, Suevo e Bizantino, com vantagem numérica dos primeiros¹⁶. Os Berberes invadiram os futuros reinos de Espanha e Portugal nos inícios do século VIII¹⁷ “e quando correram as notícias de que a Hispânia estava conquistada e acalmada, o inimigo convertido ou parecendo estar, e conhecidas as condições de vida da Hispânia, cerca de 200 mil muçulmanos teriam vindo juntar-se aos efectivos já existentes”¹⁸. Então, os Hispano Godos sobreviventes e os Muçulmanos

12 LANCEL, 1994; SOUSA, 2009b: 44.

13 SOUSA, 2009: 32-38.

14 SOUSA, 2009b: 48.

15 ALBORNOZ e VIÑAS, 1929: 24.

16 GARCIA-MORENO, 1947.

17 SHAW, 1906: 209-228; LEGUAY, 1993: I, 114.

18 RUSSELL, 1978: 36 e segs.; TORRES, 1992: 363-415; MARQUES, 1993: 137.

somariam 500 a 800 mil almas, concentrados na faixa do rio Minho ao Gharb, total acrescido pelos fluxos de migrantes do Norte de África¹⁹.

Alguma tem sido a discussão sobre as causas do crescimento populacional nessas primeiras fases, embora sem respostas claras²⁰. Refere-se o aumento dos níveis de fecundidade e a descida dos níveis de mortalidade infantil, desconhecendo-se os motivos, que poderão estar relacionados com uma maior estabilidade e segurança das famílias e menor exposição às crises frumentárias. Por seu turno, a dieta alimentar foi enriquecida, com o aumento do consumo de peixe e carne²¹, e uma maior variedade de frutos e legumes dados a conhecer pelos Muçulmanos, os quais poderão ter melhorado a resistência física a determinadas doenças. As melhorias introduzidas nos utensílios agrícolas e no tratamento dos solos, bem como a diversificação das culturas, contribuíram igualmente para aumentar as probabilidades de sobrevivência e reduzir o risco de fome.

Embora os avanços da Reconquista contrariem no caso peninsular a tendência europeia²², o factor geográfico introduz um novo dado. Nestes séculos crescem sobretudo os centros urbanos situados junto à costa, com boas condições climáticas, solos férteis e acessibilidade. Não obstante, as dinâmicas de crescimento populacional foram durante os séculos da formação do Reino afectadas negativamente pela divisão do território e pelo estado de guerra contínuo, continuando moderadas, mesmo quando a Reconquista parecia terminada e a paz uma realidade. Após 1280, os progressos tornaram-se ainda mais lentos, antecipando a crise de âmbito europeu que marca as primeiras décadas do século XIV²³.

Mas se “a Reconquista não resulta apenas do crescimento demográfico, tem muito a ver com ele”²⁴. Apesar das limitações impostas pela perda de vidas humanas e fuga das populações à medida que os reis católicos avançavam para Sul, a maioria dos historiadores defende a teoria de um aumento consistente do número total de habitantes entre os séculos XI e o início de XIV. Só este facto teria permitido consolidar uma unidade orgânica e politicamente operativa, apesar das diferenças entre o Norte Atlântico e o Sul, entre o Litoral plano e urbanizado e o Interior montanhoso e pouco povoado. A Norte esta tendência positiva terá sido iniciada porventura antes, de acordo com várias provas documentais²⁵. Existe alguma consonância quanto à orientação positiva de crescimento demográfico entre os últimos anos do século XI e o final do século XII, desacelerado ou mesmo estabilizado entre esta última data e o final da centúria seguinte. Outros fortes indícios de aumento do número de residentes, que terá sido mais intenso e precoce no Norte politicamente mais estável, são sugeridos pela fundação de “vilas novas”, de “vilas meãs” e de novos mosteiros²⁶.

Uma primeira estimativa da população portuguesa pode ser tentada com base nas *Inquirições* de 1258²⁷ e também Oliveira Marques adianta outro total, baseado no *Rol dos Tabeliães* de 1287-1290²⁸. Estudos realizados com carácter geograficamente circunscrito e indicadores diversos parecem provar que os valores populacionais estimados para o final do século XIII são bastante superiores aos do passado recente. Ao nível das grandes tendências, o crescimento manteve-se lento ou nulo desde finais do século XIII, atingindo um

19 SOUSA, 2009b: 65-67.

20 DUBOIS, 1988: 207-267.

21 Nomeadamente de carne de lebre, comum na Península Ibérica, cujo consumo a partir do século XII se expande até Inglaterra.

22 BULST, 1997: 177.

23 BULST, 1997: 170 e segs.

24 Mattoso utiliza na *História de Portugal* o multiplicador de 5 habitantes por fogo, embora alerte que o valor pode pecar por defeito sobretudo a Norte, dada a maior complexidade dos seus agregados (MATTOSO, 1991: II, 26).

25 MARQUES, 1982: I, 90 e segs.

26 RODRIGUES, 2008a: 80-86.

27 MATTOSO, 1991: II, 260-261.

28 MARQUES, 1980.

ponto de estabilidade nas primeiras décadas de Trezentos. Segue-se a descida superior a 30% entre 1347 e 1348, directamente provocada pelos efeitos da peste e da crise geral, a que sucede um novo período, extensível até ao último quartel de Quatrocentos.

Em termos sistemáticos temos a seguinte periodização: a) recuperação lenta a partir de 1360, inviabilizada por novas investidas da peste e outras epidemias, anos de escassez alimentar e conflitos bélicos, que se sucedem até à última década de Trezentos; b) uma primeira metade do século XV marcada pela hesitação, com a crise de meados do mesmo (1445-1455) a provocar nova inversão da tendência positiva; nesse momento os valores populacionais tocam os mínimos de 900 mil habitantes; c) após 1460 a recuperação torna-se sustentada e acentua-se nos anos oitenta e noventa. Na segunda metade do século XV vários são os sinais de optimismo. A recuperação é real, mantendo-se os traços herdados de épocas anteriores quanto às formas de distribuição humana. Nas Cortes realizadas no ano de 1472 refere-se a retoma demográfica nos capítulos gerais (n.º 32): “A Deus louvores pela gente crescer em vossos regnos”²⁹. A terminar o século XV existiriam um pouco mais de 1,5 milhões de indivíduos no Reino de Portugal e dos Algarves, valor idêntico ao que precedera a crise da primeira metade do século XIV³⁰.

Figura n.º 2 – Povoamento de Portugal em 1422



Fonte: MARQUES; DIAS, 2003: 84

29 SOUSA, 2002: 43.

30 RODRIGUES, 2008c: 118-119.

Os séculos da modernidade são marcados pela originalidade do longo século XVI e a alternância entre fases de aumento populacional, inéditas pela sua duração, mais que pelas suas características. Desconhecemos até que ponto o facto de dispormos de um conhecimento mais rigoroso dos factos influencia as conclusões a que chegamos, em certos momentos contrariando a tendência verificada na generalidade dos países da Europa e na faixa mediterrânica em particular, como sucede no século XVIII. Variações de tendência sucedem-se, por razões que nos remetem para os acontecimentos que marcam estas centúrias nas diferentes esferas da realidade nacional e internacional.

As diferenças regionais tendem a acentuar-se³¹. A informação disponível permite distinguir áreas ganhadoras e perdedoras ao longo destes séculos³². As províncias de Trás-os-Montes, Entre Tejo e Odiana e Algarve apresentam tendências opostas às restantes e não conseguem inverter a relação negativa entre território e população, o que poderá derivar do seu povoamento concentrado e com grandes espaços pouco ou não habitados, bem como de algum afastamento dos centros de poder político e económico. O Entre Douro e Minho e a Estremadura (sobretudo devido a Lisboa) continuam até final de Setecentos a ser as regiões mais polarizadas.

É possível reconstruir a dinâmica de evolução portuguesa à escala nacional, mas essa tarefa complica-se quando se pretendem conhecer os factores de ordem microdemográfica que explicam os resultados. Descrevia El-Rei Dom Duarte no *Leal Conselheiro* o ciclo de vida humana: a infância terminava aos 7 anos, a maturidade física atingia-se aos 21 e a decadência iniciava-se aos 35, com a decrepitude a surgir aos 49 anos, sendo a senilidade inevitável a partir dos 70. A análise da duração média de vida dos membros da família real entre os séculos XII e XX prova o modo como o texto redigido nos anos trinta de Quatrocentos se manteve actual até inícios do século passado, mesmo sabendo que eles representam o mais privilegiado dos grupos sociais no que respeita a morbilidade e mortalidade.

Quadro n.º 5 – As idades da vida na primeira metade do século XIV

Idades	Alterações Físicas	Fases da Vida
0 – 7	Dentição	Infância
7-14	Maturação sexual	Puerícia
14 - 21	Fim do crescimento	Adolescência
21 – 28	Maturidade física	Mancebia
28 – 35	Maturidade intelectual	Mancebia
35 – 42	Início da decadência	Mancebia
42 – 49	Decadência	Mancebia
49 - 56	Início da decrepitude	Velhice
56 - 63	Início da decrepitude	Velhice
63 - 70	Início da decrepitude	Velhice
70 - 77	Acentuar da decrepitude	Senilidade
77 - 84	Decrepitude	Decrepitude

Fonte: Dom Duarte, *Leal Conselheiro*.

31 RODRIGUES, 2008d: 175-176; MOREIRA, 2009: 256.

32 Como se infere do cálculo dos índices de concentração por província (LOPES, 1980: 54-67).

Os resultados, que valem meramente como exemplo, destacam a persistente vulnerabilidade humana face às condições exógenas. A mortalidade infantil é extremamente elevada e cerca de metade dos nascidos não ultrapassa os 10 anos. As mulheres vivem menos que os homens, com uma forte concentração da morte no período de procriação, dos 20 aos 35 anos, facto que reduz a duração média de alguns casamentos. Mas a relativa precariedade das uniões não afectava o número final de descendentes, a oscilar entre os 0 e os 11, ainda acrescidos dos ilegítimos³³.

A partir do século XVI torna-se possível reunir informação sobre os comportamentos colectivos do passado com base nos registos paroquiais de baptismo, óbito e casamento³⁴. Portugal apresentava níveis médios de natalidade em contexto europeu³⁵. O casamento tardio e a curta duração das alianças (13 anos em média) reduzia o número possível de concepções, embora estas se prolongassem até idades tardias, coincidindo com o ciclo de vida biológico³⁶, o que garantia a renovação das gerações. A descendência teórica³⁷ rondava os 8 filhos, o dobro da descendência final efectiva. Nos meios urbanos o casamento efectuava-se mais cedo, sendo maior a descendência média, mas esta potencial vantagem era anulada por níveis de mortalidade infantil e juvenis mais elevados. Também a forte mobilidade sentida em algumas regiões reduzia o número médio de filhos por família, por via directa (ausência de um dos cônjuges) e indirecta (aumento da probabilidade de não retorno)³⁸. Existem ainda algumas diferenças regionais na prática da exposição e abandono infantil, que nos séculos XVI e XVII e sobretudo em meios rurais era ainda pouco frequente, embora aumentasse em anos de conjuntura económica adversa³⁹. Até final do século XIX as elevadas idades ao casamento e da percentagem dos que nunca casavam actuaram como travão ao aumento populacional, em especial na metade Norte e nas zonas de Interior centro.

Quadro n.º 6 – Crises de Mortalidade em Portugal (séculos XVI-XIX)

Períodos		Nº Total	Anos de Crise
Séc. XVI		6	1569, 1580, 1588, 1593/4, 1599
Séc. XVII	1ª met.	13	1615/16, 1619/20, 1622/23, 1631, 1636/37, 1642, 1647/9
	2ª met.	16	1657/59, 1662/63, 1675/78, 1682/83, 1685, 1693/97
Séc. XVIII	1ª met.	3	1705, 1736, 1741
	2ª met.	9	1753, 1762, 1780/81, 1786, 1793, 1795, 1798/99
Séc. XIX	1ª met.	11	1800, 1810/11, 1824, 1830/31 1844/45, 1847/48
	2ª met.	11	1855/56, 1868, 1872/73, 1876, 1881, 1883, 1890/91, 1896

Fonte: RODRIGUES, 1995:68.

33 Cujas percentagens variavam de acordo com a maior ou menor condenação de que tais práticas foram sendo alvo, atingindo valores máximos até ao século XIV e em Setecentos (RODRIGUES, 2009c: 130-131).

34 A questão é ainda mais complexa em relação aos movimentos migratórios, de grande importância na história da população, quer a nível interno (distribuição regional e sistema urbano), quer externo (na sequência do alargamento e processo de colonização).

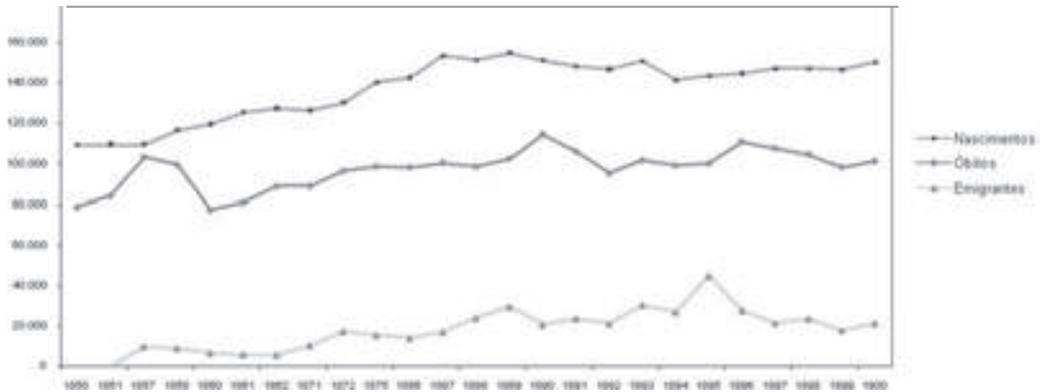
35 Os níveis de natalidade na Europa moderna nunca desceram abaixo de 31‰, com os Estados do Sul a atingirem 33‰, apenas suplantados a leste, onde padrões de casamento precoce fomentavam índices de natalidade mais elevados (RIBEIRO, 1995: 252).

36 SOLE, 2001: 157-162; FAUSTINO, 1998: 120-122; REIS, 2003: 46. 40,6 em Trás-os-Montes, 40,9 no Minho, entre 39,3 e 42,3 na Ericeira.

37 NAZARETH, 1988: 125. Número de filhos que cada geração feminina teria, caso vivesse em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos.

38 FARIA, 2003: XIII e 32-33.

39 Muitos (SOLE, 2001: 192, 195-197; NEVES, 2001: 114-115) defendem a existência de uma correlação entre abandono e maus anos agrícolas.

Gráfico n.º 3 – Portugal: movimento natural (1850-1900)

Fonte: RODRIGUES, 2008a: 522.

No ciclo de vida curto e instável as probabilidades de sobrevivência variavam de acordo com a idade, o sexo, o local de residência e o grupo socioeconómico de pertença, embora o modelo de mortalidade fosse apenas um⁴⁰. Na segunda metade do século XVII começa a esboçar-se uma geografia diferencial da morte quotidiana e acentua-se a importância dos factores de ordem social e económica. A morte continuou especialmente selectiva nas cidades, onde era maior a concentração residencial, piores as condições de salubridade de grande parte da população residente e maior a circulação de pessoas e doenças. Estes aspectos explicam também o carácter endémico que nos bairros pobres adquiriram certas doenças. Os traços gerais e a evolução sazonal da morte são conhecidos, porque todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos. No entanto, eram maiores as preocupações na época estival, quando as principais vítimas eram as crianças e os grandes motivos de morte tinham um perfil contagioso, que facilmente se poderia tornar epidémico. A precariedade da vida e as fracas probabilidades de sobrevivência condicionavam a dimensão média dos fogos habitacionais, parecendo confirmar-se o predomínio de agregados simples. A família nuclear era já a forma mais comum de vivência para a grande maioria da população portuguesa, apesar embora algumas diferenças regionais⁴¹.

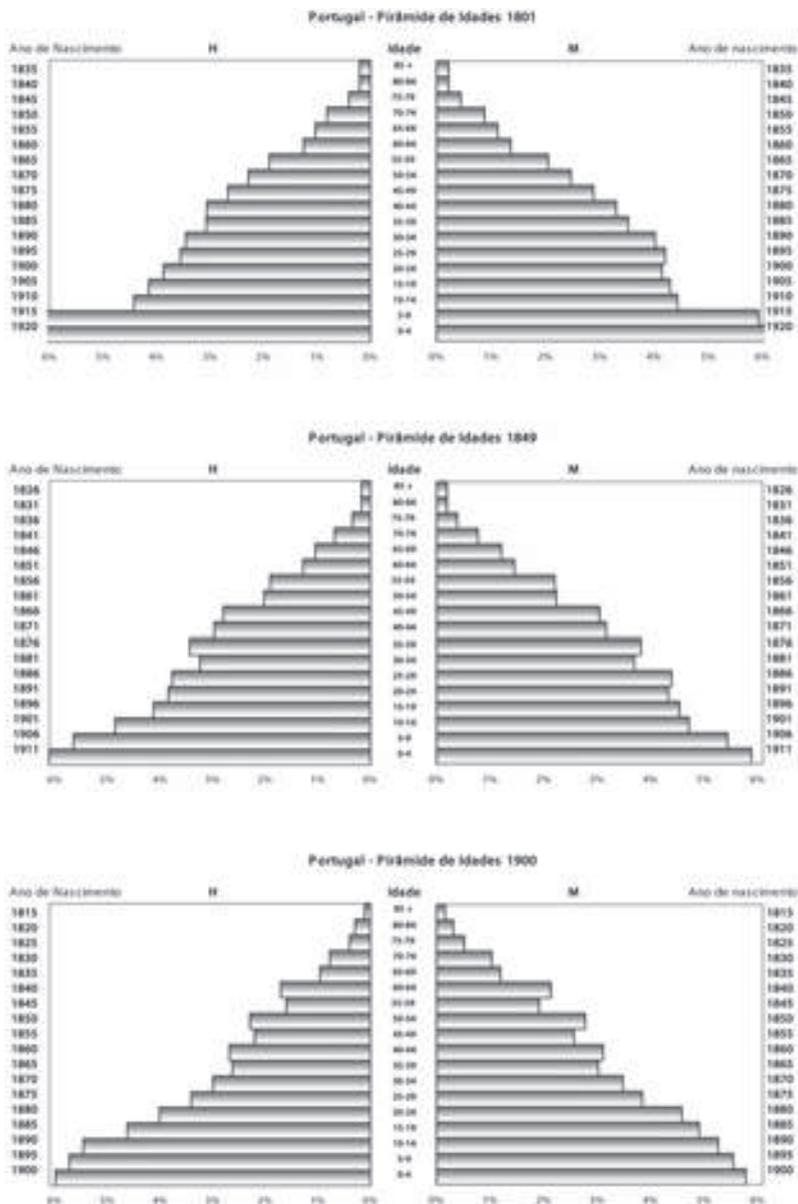
Só a partir da segunda metade de Oitocentos é possível estimar com um grau acrescido de certeza os saldos naturais e migratórios. A sua análise permite destacar três aspectos que nos parecem relevantes: a) o saldo natural acompanha o ritmo de aumento do volume total de residentes; b) a emigração aumenta consecutivamente e a terminar a centúria o número de saídas médias anuais ultrapassa já as 25 mil almas; c) o número de saídas não é compensado por eventuais entradas no País, mantendo-se um saldo migratório que esbate a dinâmica possível pelo saldo natural⁴².

40 Expresso nas idades e tempos da morte, a que acrescem as alterações súbitas provocadas por crises de sobremortalidade, com causas já identificadas (RODRIGUES, 1995).

41 RODRIGUES, 2008d: 211.

42 RODRIGUES, 2008e: 340.

Gráfico n.º 4 – Portugal: estruturas etárias (1801, 1849, 1900)



Fonte: RODRIGUES, 2008: 362-363.

Na transição do século XIX para o século XX, surgem alguns indícios ténues de mudança no modelo de comportamento demográfico. Reduz-se significativamente a instabilidade das curvas que representam o total anual de nascimentos e óbitos. O crescimento acentua-se, numa fase em que a mortalidade desce ligeiramente e se mantém o modelo de fecundidade. A população teria crescido com uma intensidade inédita, não fora o agravamento do pendor negativo dos saldos migratórios, que atingem máximos históricos, mesmo sem

contabilizar a emigração ilegal e a saída de indivíduos para as colónias. A dependência face às migrações, cujo saldo explica mais de 90% do crescimento demográfico no início do século XXI, começa então a acentuar-se.

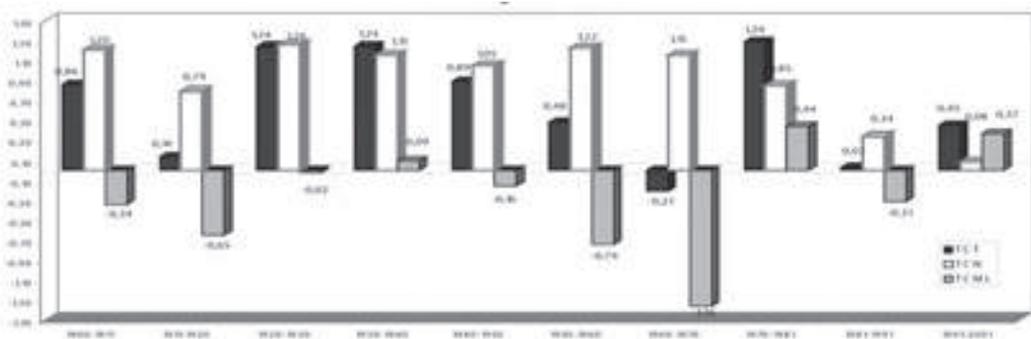
As novas dinâmicas demográficas assentam em quatro aspectos estruturantes nas suas novas formas: a) ciclos de vida longos e estáveis (Gráfico n.º 5); b) concentração da população no litoral, que contrasta com fenómenos de desertificação humana de grandes áreas de Interior e o incremento das dinâmicas urbanas em detrimento das rurais; c) dependência migratória total (Gráfico n.º 6); d) envelhecimento das estruturas etárias (Gráfico n.º 7). Nas últimas décadas do século XX é notória a transformação das gentes portuguesas: uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens e mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado.

Gráfico n.º 5 – Portugal: saldos naturais em declínio (1900-2005)



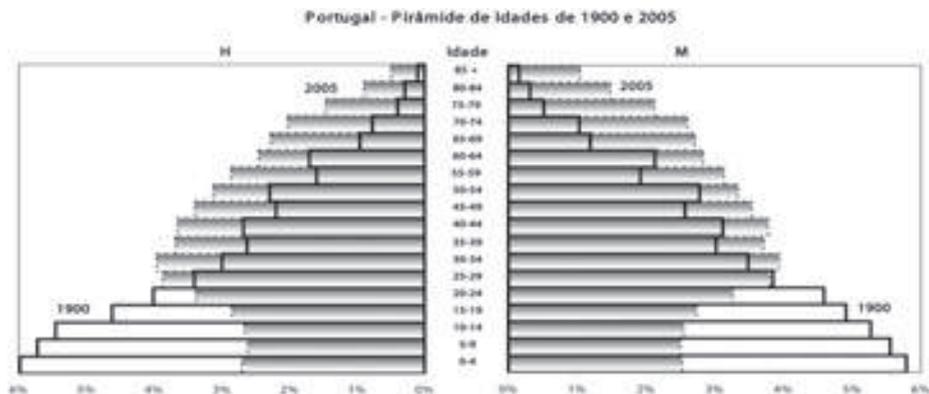
Fonte: RODRIGUES, 2008: 527.

Gráfico n.º 6 – Portugal: tendências instáveis do crescimento migratório (1900-2001)



Fonte: HENRIQUES, 2008: 422.

Gráfico n.º 7 – Portugal: as grandes mudanças de estrutura (1900-2005)



Fonte: RODRIGUES, 2008: 528.

Notas finais

Estas linhas de força sobre as quais se estrutura a nova realidade nacional dificilmente poderão ser invertidas, embora possam ser mitigados os seus efeitos mais negativos. Uma leitura abrangente permite distinguir algumas vertentes de grandes permanências estruturantes e os momentos de transição para novos modelos. Elas são visíveis na persistência de comportamentos regionalmente diversos, reportáveis em certos casos ao período histórico da Reconquista, de que resultam distintas oportunidades de evolução económica e demográfica, acrescidas nos séculos XIX e XX pelo acentuar dos fluxos migratórios internos e, mais recentemente, pela imigração. De ressaltar:

- a) Persistência de formas de povoamento, caracterizado pela dispersão a Norte e a tendência de concentração a Sul, que coincide com uma distinta tradição urbana, no que concerne ao número e também à dimensão dos centros, que se acentua ao longo dos séculos, sobretudo a partir da 2ª metade de Oitocentos (Figuras números 3, 4 e 5). A progressiva bicefalização do Reino constrói-se desde a Época Moderna e perdura até entrado o século XX. Hoje os núcleos urbanos concentram cerca de 40% do total de residentes em Portugal, 55% dos que possuem mais de 20 mil habitantes pertencem a uma das Áreas Metropolitanas, enquanto as cidades de Lisboa e Porto perdem população.

Figura n.º 3 – Portugal: diferenças dos centros populacionais (século XIII)



Fonte: RODRIGUES, 2008b: 95.

Figura n.º 4 – Portugal: a rede urbana em 1527-1532



Fonte: RODRIGUES, 2008d: 189.

Figura n.º 5 – Portugal: variação da população nas cidades na 2ª met. do séc. XIX



Fonte: RODRIGUES, 2008e: 353.

b) Distintos comportamentos de Fecundidade e Mortalidade, cuja persistência se reflecte na magnitude dos saldos naturais, contrapondo o Norte e Ilhas, com níveis tendencialmente superiores em ambos os indicadores, à metade Sul, litoral e urbana.

Figura n.º 6 – Portugal: regiões de comportamento natural diferenciado



Fonte: RODRIGUES, 2008e: 374.

- c) Importância e tendência dos saldos migratórios regionalmente explicados por diferentes tradições migratórias e níveis de bem-estar e qualidade de vida⁴³. Na história nacional recente, a redução dos saldos naturais determina que as migrações assumam um papel capital nas dinâmicas globais e expliquem também a diversidade das dinâmicas de crescimento demográfico a nível local. Essas diferenças de longa duração (1900-2001) permitem dividir o continente em quatro diferentes zonas, duas marcadamente dinâmicas e outras duas que não conseguem captar população residente⁴⁴.
- d) O processo de envelhecimento persistirá e acentuar-se-á nos próximos anos, acompanhado pela intensificação provável dos fenómenos de desertificação humana das grandes áreas do Interior, sobretudo Norte, e o aumento da concentração urbana e da litoralização⁴⁵. Os grandes desafios futuros estarão relacionados com o impacto económico e sustentabilidade social das transformações demográficas da população residente em Portugal, qualquer que seja a sua nacionalidade.

Portugal pertence ao conjunto de Países com ciclos de vida longa e estável, o que constitui em si mesmo uma vitória. Resta saber se estão a ser criadas e rentabilizadas as formas mais correctas para conseguir esbater as diferencialidades internas que actualmente encontramos no Portugal de início do século XXI e qual será a evolução possível da nossa população envelhecida. A história da população portuguesa no futuro depende da resposta encontrada para o desafio da igualdade de condições, qualidade de vida e bem-estar, no sentido de tentar obter uma maior convergência entre regiões⁴⁶.

43 PEREIRA, 2009.

44 RODRIGUES; MOREIRA, 2008.

45 HENRIQUES, RODRIGUES, 2009: 89.

46 MOREIRA, 2008.

Bibliografia

- BARDET, J. P. ; DUPÂQUIER, J., 1997 – “La Révolution Démographique (1750-1914)” in *Histoire des Populations de l' Europe*, vol. 2. Paris: Ed. Fayard.
- BULST, Neithard, 1997 – “L'essor (Xe-XIVe siècles)” in *Histoire des Populations de L'Europe*, vol.1. Paris: Ed. Fayard, p. 168-184.
- DUBOIS, H., 1988 – “L'essor médiéval” in DUPÂQUIER, J. (dir.) – *Histoire de la Population Française*. Paris: PUF, p. 207-267.
- FARIA, Manuel Severim de, 2003 – *Notícias de Portugal*. Introdução, atualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz. Lisboa: Ed. Colibri.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998 – *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870) População, Sociedade e Mentalidades*. Guimarães: Cadernos 3 NEPS.
- GARCIA-MORENO, Luis, 1947 – *El fin del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Ediciones Instituto de Historia de la Cultura Española.
- HAYWOOD, John, 2000 – *The Vikings. Sutton Pocket Histories*. Londres: Sutton Publishing.
- HENRIQUES, Filipa; RODRIGUES, Teresa, 2008 – “O século XX: a transição” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 417-513.
- HENRIQUES, Filipa; RODRIGUES, Teresa, 2009 – “Ageing, Education and Health in Portugal: prospective from the 19th to the 21st century” in *Hygiea Internationalis Internationalis*. 8 (1), Linköping, p.81-96. Disponível em: <<http://www.ep.liu.se/ej/hygiea/>>.
- LANCEL, Serge, 1994 – *Carthage. A History*. Londres: Blackwell Publishers.
- LAWRENCE, Robert, 2001 – “Human Ecology” in TOLBA, M. K. (ed.) – *Our Fragile World. Challenges and Opportunities for Sustainable Development*. Oxford: Eolss Publishers, p. 31-40.
- LEGUAY, Jean-Paul – “O “Portugal” germânico” in MARQUES A. H. de Oliveira (dir.) – *Portugal. Das Invasões Bárbaras à “Reconquista”*, vol.2. Lisboa: Presença, p. 11-115.
- LOPES, A. S., 1980 – *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, vol. I. Lisboa: F.C.G.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1980 – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da Vida Quotidiana*, 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1982 – *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Palas Ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1993 – *Portugal. Das Invasões Germânicas À “Reconquista”* in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Presença, p. 12-69.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves, 2003 – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- MATTOSO, José, 1991 – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II, Lisboa: Estampa.
- MOREIRA, Maria João G., 2008 – “O século XVIII” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 247-287.
- MOREIRA, Maria João G.; RODRIGUES, Teresa, 2008 – “As Regionalidades Demográficas no Portugal Contemporâneo” in CEPESE – *População e Prospectiva. Working Papers*. Disponível em: <<http://cepese.up.pt/principal.php?IDNivel=77>>.
- NAZARETH, J. Manuel., 1988 – *Princípios e métodos de análise demográfica portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NEVES, António Amaro das, 2001 – *Filhos das Ervas: a ilegitimidade a Norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*. Guimarães: NEPS.
- PEREIRA, Luís N.; CHORÃO, Luís, 2009 – “Avaliação de qualidade de vida e bem-estar” in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 129-151.
- POPULATION REFERENCE BUREAU, 2009 – *World Population Data Sheet. Demographic Data and Estimates for the Countries and the Regions of the World*. Washington: Population Reference Bureau. Disponível em: <http://www.prb.org/pdf09/09wpds_eng.pdf> [consult. 29 Set. 2009].
- RIBEIRO, Ana Rita, 1995 – “Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 245-264.
- RICHÉ, Pierre, 1966 – “Problèmes de démographie historique du Haut Moyen Age (Vème-VIIIème siècles). *Annales de démographie historique*, vol. II. Paris, p. 37-56.
- RODRIGUES, Teresa, 1995 – “As Crises de Mortalidade em Lisboa (Séculos XVI a XIX) – Uma Análise Global”. *Boletín da Asociación de Demografía Histórica*. Bilbao: XIII – 2, p. 47-74.
- RODRIGUES, Teresa (coord.), 2008a – *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento.
- RODRIGUES, Teresa, 2008b – “Do século XI ao século XIV” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 75-100.
- RODRIGUES, Teresa, 2008c – “A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480)” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 101-138.
- RODRIGUES, Teresa, 2008d – “As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI-XVII” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 159-246.

- RODRIGUES, Teresa, 2008e – “O Século XIX” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 327-416.
- RODRIGUES, Teresa, MOREIRA, M. João G., 2009 – “Realidades Demográficas” in *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 77-110.
- RUSSELL, J. C., 1978 – “Population in Europe 500-1500” in CIPOLLA, Carlo M. (dir.) – *The Fontana Economic History of Europe*, vol. I, 5.ª impressão. Glasgow: Collins/Fontana Books, p. 36-87.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio; VIÑAS, Aurélio, 1929 – *Lecturas de Historia da España*. Madrid: Ed. Plutarco.
- SHAW, R. D., 1906 – “The fall of the Visigothic power in Spain”. *English Historical Review*, XXI. p. 209-228. Disponível em: <<http://ehr.oxfordjournals.org/content/volXXI/issueLXXXII/index.dtl>>.
- SOLE, Maria Glória Parra Santos, 2001 – *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Monografias 12. Guimarães: AAN/NEPS.
- SOUSA, Armindo de, 2002 – *História de Portugal*. Lisboa: Lexicultural.
- SOUSA, João Silva de, 2009a – “Os primeiros dados. O povoamento pré-histórico” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 27-38.
- SOUSA, João Silva de, 2009b – “Antecedentes de Portugal” in *A População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento, p. 39-73.
- TORRES, Cláudio, 1992 – “O Gharb al-Andaluz” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 363-415.
- VEIGA, Teresa; HENRIQUES, Filipa de Castro, 2003 – “Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador – algumas reflexões globais”. *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: INE, n.º 34, p. 5-15.
- VEIGA, Teresa, 2004 – “A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade”. *Fórum Sociológico*. Lisboa: Celta, 11/12, p. 11-29.